



01 DE AGOSTO DE 2011

Segunda - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **INFORME NOTÍCIAS SEMANAIS 29/2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **FIEP ESCOLHE NA QUARTA-FEIRA SEU NOVO PRESIDENTE**
- **VENDA DE MÁQUINAS VOLTA À EXPOGUÁ**
- **SUBSÍDIOS MANTÊM EM ALTA OS GASTOS COM USINAS TERMELÉTRICAS**
- **PAÍS INVESTE POUCO E NEGLIGENCIA ÁREA DE TRANSPORTES**
- **SETOR DE SERVIÇOS DOMINA IPOs NO BRASIL**
- **BRASIL DEVE FECHAR ANO COM 5 MIL NOVOS IMPORTADORES**
- **VENDAS DE VEÍCULOS JÁ ULTRAPASSAM 2 MILHÕES NO ANO**
- **CENTRAIS SINDICAIS FARÃO PASSEATA EM DEFESA DE PROJETOS TRABALHISTAS**
- **AGÊNCIA DE FOMENTO DIVULGA LINHAS DE CRÉDITO NO INTERIOR**
- **JAC MOTORS DEFINE HOJE INSTALAÇÃO DE FÁBRICA NO BRASIL**
- **CAPTAÇÃO SOFISTICADA DESAFIA A CAIXA**
- **LEI DE CRIMES FINANCEIROS TERÁ PROJETO DE ALTERAÇÃO**
- **INDÚSTRIA DISCUTE AGENDA PARA PROMOVER A INOVAÇÃO**
- **BMW APRESENTA A GAMA DE ELÉTRICOS E HÍBRIDOS**
- **GOVERNO ECONOMIZA COMO NUNCA E ENFATIZA EFEITOS CONTRA INFLAÇÃO**
- **CENTRAIS SINDICAIS NÃO ACEITAM CONVITE DE DILMA PARA ANÚNCIO DE POLÍTICA INDUSTRIAL**
- **INADIMPLÊNCIA DAS EMPRESAS RECUOU 4,2% EM JUNHO, REVELA INDICADOR**

- **ENCARGOS SOCIAIS E DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS - REVISITANDO UMA ANTIGA POLÊMICA**
- **PLANOS DE SAÚDE - ANS: MULTA EM PLANOS DE SAÚDE SE DIFICULTAR ACESSO DE IDOSO E DEFICIENTE**
- **DIREITO DO TRABALHO - REPRESENTAÇÃO COMERCIAL: CONTRATO VERBAL TEM VALIDADE JURÍDICA**
- **PROCESSO TRABALHISTA - JUSTIÇA DO TRABALHO FIXA NOVOS VALORES PARA DEPÓSITO RECURSAL**
- **PROJETO DE LEI - PROJETO ESPECIFICA CONDUTAS CONSIDERADAS COMO DANO MORAL**
- **FGTS - VENCE DIA 5 DE AGOSTO O PRAZO PARA RECOLHIMENTO**
- **SIMPLES NACIONAL - AMPLIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO SIMPLES NACIONAL SERÁ VOTADA PELA CAE**
- **PROJETO DE LEI - APRENDIZ PODERÁ TER FORMAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA ESPORTIVA**

Câmbio		
Em 01/08/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,559	1,559
Euro	2,215	2,216

Fonte: BACEN

Fiep escolhe na quarta-feira seu novo presidente

01/08/2011- Gazeta do Povo

O rumo da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) nos próximos quatro anos começa a ser decidido nesta quarta-feira, data da eleição para presidência da entidade. A disputa pelo principal cargo da federação movimentou os bastidores do sistema empresarial e político do estado durante o mês de julho. Dois candidatos estão habilitados a participar do pleito: o empresário Edson Campagnolo é o

representante da situação, enquanto o secretário estadual licenciado de Indústria e Comércio, Ricardo Barros, lidera a chapa da oposição.

O interesse em assumir o posto maior se justifica pela importância da Fiep. A entidade representa e defende os interesses de 40 mil empresas, responsáveis por quase 40% do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná, e tem 3,3 mil funcionários espalhados pelo estado. Além disso, o candidato que se sagrar vencedor nas urnas terá nas mãos um orçamento anual aproximado de R\$ 450 milhões, valor que supera a arrecadação de 393 dos 399 municípios paranaenses.

A Fiep confirmou que, dos 99 sindicatos patronais filiados, 91 entregaram a documentação necessária e estão aptos a participar da votação. Outros cinco ainda precisam entregar a ata de posse do sindicato, o que pode ser feito até quarta-feira, data da eleição. Três sindicatos estão impossibilitados de participar.

A votação ocorre das 12 às 18 horas de quarta-feira, na sede da Fiep no Centro Cívico. A contagem dos votos terá início uma hora após o fim da votação, e o resultado será divulgado no mesmo dia. O candidato vencedor assume a presidência no dia 1.º de outubro, para um mandato de quatro anos.

Perfis opostos

Os dois candidatos envolvidos na disputa têm perfis totalmente diferentes, assim como foram as suas campanhas para disputa. Campagnolo se diz um autêntico representante do setor, já que desenvolve a função de empresário há 33 anos. Além disso, o candidato pode realizar um desejo antigo dos sindicatos filiados: ter um representante do interior do estado no posto de presidente da Fiep. Campagnolo é de Capanema, município do Sudoeste do estado com 18 mil habitantes, onde está instalada a sua fábrica de roupas. Caso eleito, seria a primeira vez, em 67 anos de existência, que a Fiep seria comandada por um empresário de fora da capital. Campagnolo também conta com o apoio do atual presidente da entidade, Rodrigo Rocha Loures.

O candidato Ricardo Barros aposta suas fichas para vencer a disputa na base da experiência política – ele já foi prefeito de Maringá, deputado federal e articulador dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula no Congresso. Barros sempre defendeu um “nome de consenso” para que não houvesse bate-chapa e, conseqüentemente, a Fiep fosse preservada. Sem conseguir o consenso que buscava, deixou o governo de Beto Richa poucos dias antes do prazo final para a inscrição de chapas e passou a se dedicar exclusivamente a campanha. Ele diz que, caso eleito, não retornará ao cargo de secretário e vai se dedicar integralmente à federação.

Venda de máquinas volta à Expoguá

01/08/2011- Gazeta do Povo

Ausentes nas últimas cinco edições da Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Guarapuava, as empresas de máquinas e implementos agrícolas retornam ao evento neste ano e prometem alavancar o faturamento da feira. Nesta sexta-feira, a partir das 19 horas, os portões do parque de exposições Parque de Exposições Lacerda se abrem para o início da 36.ª Expoguá, que segue até o dia 14 em Guarapuava, na região Centro-Sul do Paraná. Durante os dez dias de programação, a Sociedade Rural do município, organizadora do evento, espera receber cerca de 120 mil visitantes e movimentar perto de R\$ 10 milhões em negócios.

A exposição, que tem na agenda sete leilões de gado de corte e leite, vai reunir cerca de 3 mil animais e seis expositores do setor de máquinas e implementos agrícolas, “com opções ao gosto do freguês”, diz o presidente da Sociedade Rural de Guarapuava, Johann Zuber Júnior. “A Expoguá reserva aos os agricultores e pecuaristas boas oportunidades de negócios. Fizemos uma parceria com o Banco do Brasil para oferecer linhas de crédito com condições especiais”, conta o dirigente. Ele explica que o banco vai abrir mão da taxa de administração (taxa flat), que é de 3% para o financiamento de máquinas agrícolas e de 0,75% para a compra de animais.

Com a oferta de linhas de crédito mais baratas, a Expoguá quer pegar carona no bom momento vivido pelo setor. O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio deve fechar 2011 com crescimento de 3,5% a 4%, conforme previsão da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Até abril, registrava elevação de 3,68%, segundo estudo da CNA feito em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP).

Guarapuava

A seu favor, a feira tem também a sua localização. A região de Guarapuava, casa da Expoguá, é um dos mais promissores polos de produção do país. Referência nacional em produtividade de milho, os produtores da região chegam a colher 15 toneladas por hectare, índice comparado ao das melhores lavouras dos Estados Unidos. O município também é o maior produtor individual de cevada do Brasil e possui uma das maiores fábricas de malte da América Latina, responsável por 20% da produção nacional.

Subsídios mantêm em alta os gastos com usinas termelétricas

01/08/2011- Gazeta do Povo

Apesar de o consumo de energia estar crescendo aquém das previsões e as termelétricas auxiliares estarem desligadas, os brasileiros continuarão pagando uma conta milionária para sustentar a operação de outras usinas térmicas, que funcionam o tempo todo. Os encargos que bancam as termelétricas, auxiliares ou “permanentes”, são reunidos no chamado Encargo de Serviços do Sistema (ESS), que é cobrado nas faturas de todos os consumidores do país. E a economia que está sendo feita por causa do bom nível dos reservatórios não impediu o ESS de subir 1,6% no primeiro semestre deste ano, atingindo R\$ 645 milhões. O montante apurado ao longo ano será repassado às tarifas no ano que vem.

Além de um fenômeno estrutural – as hidrelétricas já não dão conta de toda a demanda por eletricidade –, uma mudança na legislação multiplicou os subsídios às termelétricas de regiões não totalmente conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). O componente do ESS que banca essas térmicas, denominado Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), passou de R\$ 240 milhões em 2009 para R\$ 1,04 bilhão no ano passado. De janeiro a junho deste ano, essa conta atingiu R\$ 618 bilhões, 24% a mais que em igual período de 2010, conforme estimativa da Abrace.

“Isso ocorre especialmente por causa da interligação dos estados do Acre e de Rondônia. Existe uma linha que faz essa conexão, mas ela ainda não tem níveis de confiabilidade adequados. Funciona com um circuito, e o ideal são três. Assim, é preciso manter a Termonorte e outras termelétricas ligadas”, explica o assessor de diretoria da Abrace Fernando Umbria. “Existe a previsão de que o segundo circuito

entre em operação no ano que vem, o que deve melhorar substancialmente as condições dessa linha.”

País investe pouco e negligencia área de transportes

01/08/2011- Gazeta do Povo

O Brasil investe tão pouco em transportes que, na prática, está reduzindo sua malha logística em vez de ampliá-la. Um estudo do economista Claudio Frischtak, da InterB Consultoria, mostrou que o país investiu pouco mais de meio trilhão de reais em infraestrutura nos últimos dez anos. Isso representou apenas 2,32% do PIB, abaixo dos 3% mínimos necessários somente para evitar a deterioração da estrutura. Além de baixo, o investimento em infraestrutura no Brasil é muito desigual e negligencia os transportes. A análise dos R\$ 543,3 bilhões aportados em infraestrutura entre 2001 e 2010, na estimativa do economista, revela que quase 57% desse total foi aplicado em geração de energia e em telecomunicações. Outros 12,5% foram para saneamento, também insuficiente.

Setor de serviços domina IPOs no Brasil

01/08/2011- Gazeta do Povo

Mercado interno aquecido, aumento da renda e redução do desemprego a níveis recordes foram uma combinação ideal para que a demanda por serviços aumentasse. Em momento de alta na taxa de juros, as empresas do setor driblaram o crédito caro e foram reforçar o caixa no **mercado de ações**: das 18 ofertas públicas iniciais (IPOs, na sigla em inglês) registradas na **BM&FBovespa** entre o início de 2010 e julho de 2011, a metade envolveu prestadoras de serviços.

“Como as empresas não estavam preparadas para um aumento tão grande da demanda, elas tiveram de captar recursos para investir. Optaram pela bolsa porque é mais barato, ainda mais em um cenário de alta do juro”, diz **Osmar Camilo**, analista da corretora Socopa. As companhias do segmento que abriram capital no período foram: **Aliansce, Multiplus, OSX Brasil, Ecorodovias, Mills, BR Insurance, Sierra Brasil, Time For Fun e Qualicorp**.

Para o economista **José Góes**, da WinTrade, essa “corrida” pelo IPO é natural. “O setor de serviços elevou a participação no Produto Interno Bruto, e a maioria das ações da Bolsa ainda é de uma época em que a indústria era o maior setor”, diz. Em 2010, os serviços representaram quase 70% do PIB nacional.

Analistas afirmam que as perspectivas são, em geral, positivas. “A demanda doméstica cresceu e essas empresas são na maioria voltadas para o mercado interno”, diz Camilo. Além disso, como o setor de serviços não concorre com os importados, fica mais fácil para as empresas reajustar preços.

Brasil deve fechar ano com 5 mil novos importadores

01/08/2011- Gazeta do Povo

O **Brasil** deve ganhar mais 5 mil novos importadores neste ano - um recorde. Até junho, o número de empresas importadoras já havia atingido 33.615 - 3.420 a mais

que no mesmo período de 2010, conforme dados do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**. "O número de novos importadores está explodindo. Não só empresas comerciais, mas muitas indústrias", disse **José Augusto de Castro**, vice-presidente da **Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB)**. "Neste ano, vamos bater o recorde de 5 mil novos importadores."

Segundo o especialista, as indústrias estão aproveitando o dólar barato para comprar máquinas, substituir insumos nacionais por importados e até trazer produtos acabados. "É uma maneira de reduzir custos e aumentar a margem de lucro."

De acordo com **Rodrigo Maciel**, sócio da **Strategus Consult** e **ex-diretor executivo do Conselho Empresarial Brasil-China**, cerca de 70% das importações brasileiras vindas da China são de máquinas e matérias-primas. "Quanto mais barato o dólar, mais cresce o número de empresas interessadas em buscar insumos chineses."

As importações vindas da China explodiram na última década. Em 2000, o Brasil comprou US\$ 1,2 bilhão em produtos chineses. No ano passado, foram US\$ 26 bilhões. No primeiro semestre deste ano, as importações da China chegaram a US\$ 14,8 bilhões, 37% a mais que no mesmo período do ano anterior.

Vendas de veículos já ultrapassam 2 milhões no ano

01/08/2011- O Estado do Paraná

A indústria automobilística já ultrapassou a marca de 2 milhões de veículos vendidos neste ano. Até quinta-feira, a soma era de 2,024 milhões de unidades, cerca de 8% superior ao resultado de igual período de 2010. O mês que termina deve ser o melhor julho da história, com resultados acima dos 302,3 mil veículos vendidos em julho do ano passado, até então a melhor marca para o mês. Também deve ficar pouco acima do resultado de junho, de 304,3 mil veículos.

Até quinta-feira, faltando um dia útil para registro de emplacamentos, o mês acumulava vendas de 287 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, com média diária de 14.350 unidades, similar à média de junho. Só em automóveis e comerciais leves foram 269,9 mil unidades no mês e 1,9 milhão no ano.

Durante a semana, o presidente da General Motor para a América do Sul, Jaime Ardila, reclamou que o crescimento da indústria está sendo estimulado pelas vendas especiais a frotistas e locadoras. "O varejo está parado", disse. "Se, com as medidas de contenção de crédito, o governo estava tentando frear o consumo, no caso da indústria automobilística está garantido."

Esse tipo de negócio, disse ele, não é sustentável. As vendas especiais representam hoje 27% das vendas da indústria, quando o razoável é 20% a 22%.

O quadro também não é favorável aos concessionários, que precisam conceder altos descontos no varejo. Nos últimos finais de semana, a maioria das marcas realizou feirões com atrativos de preços, juros e prazos de financiamento. Neste fim de semana, há poucas ações. Uma delas é a chamada "Briga de Gigantes", que reúne revendas Fiat, Ford, GM e Volkswagen no estacionamento do Extra Anchieta, em São Bernardo do Campo (SP). As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Centrais sindicais farão passeata em defesa de projetos trabalhistas

01/08/2011- O Estado do Paraná

As centrais sindicais CTB, CGTB, Força Sindical, NCST e UGT, entidades que representam mais de 2,2 milhões de trabalhadores paranaenses, realizam nesta segunda-feira, 1º de agosto, uma passeata em defesa de projetos de interesse da classe trabalhadora. A mobilização começa às 15h, na Praça Santos Andrade, em Curitiba. De lá, os manifestantes vão sair em passeata até a Boca Maldita.

O manifesto visa pressionar parlamentares e governos nas esferas estadual e federal a colocar em votação projetos que hoje estão engavetados, a maioria deles no Congresso Nacional. A mobilização faz parte da Jornada Nacional de Lutas, uma campanha liderada pelas centrais em nível nacional com cronograma de atos públicos e protestos em diversas localidades do país, em julho e agosto deste ano.

O projeto da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução salarial, por exemplo, está parado em Brasília há mais 16 anos - atualmente, aguarda para ir à votação no plenário da Câmara Federal. Além das 40 horas, os manifestantes defendem bandeiras como o fim do fator previdenciário, que confisca o valor das aposentadorias em até 40%; a regulamentação do trabalho terceirizado; a ratificação da Convenção 158 da OIT, que proíbe as demissões imotivadas, e da Convenção 151 da OIT, que garante negociação coletiva no setor público; e a aprovação de projeto que prevê investimento de no mínimo 10% do PIB em educação.

Reivindicações

As centrais paranaenses também incluíram na pauta duas reivindicações regionais. Uma delas é a implantação de uma política permanente de reajuste do piso mínimo estadual, semelhante ao que já acontece com o salário mínimo nacional. A ideia é ter uma fórmula que reponha toda a inflação e adicione mais um percentual de aumento real, calculado com base no crescimento do PIB do Estado.

A outra reivindicação é que seja implantada efetivamente no Paraná a "Agenda do Trabalho Decente", que é uma espécie de pacto formal entre sindicatos, empresas e governo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalho decente é um "trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, igualdade e segurança, capaz de garantir vida digna a todos que vivem do trabalho". A agenda tem eixos principais como liberdade sindical, abolição do trabalho infantil e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Agência de Fomento divulga linhas de crédito no interior

01/08/2011- O Estado do Paraná

Técnicos da Fomento S.A., agência de fomento do governo do Paraná, estão percorrendo o Estado para divulgar as linhas de crédito e financiamentos para empreendedores que queiram modernizar e ampliar suas atividades. A intensificação da divulgação das oportunidades oferecidas pela Fomento S.A. faz parte da estratégia do governo do Estado para estimular a geração de emprego e renda.

"A Fomento tem os menores juros do mercado e apoia o micro e o pequeno empreendedor, do campo e da cidade, sem burocracia e em condições favoráveis de taxas, prazos e garantias", explica o gerente de Produtos, Emilio Carlos Ribeiro Mattos.

O empreendedor que obtém recursos da agência de fomento, em contrapartida, se compromete a manter o mesmo número de empregados durante o período em que paga pelo financiamento. "As empresas são monitoradas mensalmente para verificar o número de empregados", informou Mattos.

De 11 a 15 de julho, a Fomento S.A. participou do Seminário de Crédito promovido pelo Sebrae PR e FIEP nas cidades de Toledo (12), Cascavel (13) e Foz do Iguaçu (14). As linhas de financiamento Microcrédito (Banco Social) e Probem foram apresentadas a empresários locais.

Homero Sais Dutra, de São Miguel do Iguaçu, é um exemplo de como os financiamentos da Fomento S.A. são compensadores para os empreendedores. Depois de avaliar as possibilidades de financiamento em bancos, ele já tinha descartado os planos de ampliar sua loja de implementos agrícolas – a Ceifagril. "A obra só foi possível em razão do juro baixo da Fomento S.A.", afirmou. Este foi o primeiro empreendimento financiado pela Fomento S.A. na cidade.

Empresas que solicitaram o financiamento e já obtiveram recursos do Probem também foram visitados pelo gerente de Produtos como parte da política que visa estreitar relações com os clientes. Ele citou como exemplo a empresária Kássia Regina Demarco Stein, que financiou R\$ 105 mil para a aquisição de máquinas e equipamentos para uma indústria que produz armários para cozinhas, localizada no município de São Miguel do Iguaçu.

JAC Motors define hoje instalação de fábrica no Brasil

01/08/2011- Valor Econômico

O vice-presidente mundial da JAC Motors, Daí Maofang, e o empresário brasileiro Sérgio Habib, importador da marca, anunciam hoje, em São Paulo, um acordo para investir em uma fábrica de veículos da marca chinesa no Brasil. A linha de produção deverá ficar pronta em aproximadamente dois anos. O projeto cumpre as projeções de Habib de que uma marca precisa ter fábrica no Brasil se quiser vender volumes altos, em torno de 100 mil veículos por ano.

A JAC é a segunda chinesa a anunciar uma fábrica no Brasil. Na semana passada, a Chery lançou a pedra fundamental da sua futura instalação, em Jacareí, no interior de São Paulo. Os dois projetos indicam que o teste, com a venda de importados, já foi suficiente para os chineses perceberem que também podem disputar o mercado brasileiro, o quarto maior do mundo, com previsões de alcançar 3,7 milhões de veículos este ano.

As marcas chinesas representam 30% das importações de veículos hoje no Brasil. Mas no mercado total, a fatia é ainda pequena, em torno de 6%. A JAC foi a última a chegar ao país, mas detém a maior fatia entre as chinesas: 1,04% em junho, três meses depois do lançamento da marca no país.

O anúncio da fábrica ocorre dois dias antes do lançamento da minivan J6. As vendas acumuladas no ano - em torno de 10 mil unidades - foram praticamente todas do

modelo hatch J3. Apesar da participação pequena em comparação com as grandes marcas, a JAC chama a atenção no mercado graças à uma bem planejada campanha de marketing, que conta com o apresentador Fausto Silva como garoto propaganda.

Também pesou para o sucesso da marca logo no lançamento a habilidade do importador, que conseguiu autorização da matriz da montadora para modificar diversos itens para deixar os carros mais próximos do gosto brasileiro. Isso inclui cor de estofamento, eliminação de rebarbas nos tecidos e painel e também aumento de densidade da espuma dos bancos.

Na 29ª colocação no ranking de vendas de automóveis no país, o J3 passou à frente de modelos fabricados no Brasil, como FIT e Civic, da Honda, o 207, da Peugeot, o Space Fox, da VW, e o Livina, da Nissan. No segmento de hatch pequeno, o modelo da JAC ficou em sétimo lugar, com 2,3%.

Outra ação acertada foi o lançamento oficial da marca simultaneamente à inauguração de 50 concessionárias, das quais 35 do próprio importador. Habib tem experiência nesse tipo de estratégia. Ele foi presidente da Citroën no Brasil e ainda é dono de concessionárias da marca francesa. Seu grupo é responsável por mais de 40% das vendas da Citroen no país.

Na JAC, Habib planeja ampliar a rede para 150 pontos até o fim de 2012, suficiente para cobrir mais de 70% do território nacional.

Além do J6, para cinco ou sete passageiros, que será apresentado esta semana, outros dois modelos serão lançados nos próximos meses: o sedã J5 e, em seguida o compacto J2. O motor flex também está em fase de desenvolvimento.

As marcas chinesas anunciam seus projetos de produção no Brasil no momento em que a coreana Hyundai também constrói a sua fábrica em Piracicaba (SP). Ainda como importados, três modelos da Hyundai lideram segmentos: o I30 é o hatch médio mais vendido no Brasil e os sedãs grandes Azera e Sonata são donos do primeiro e segundo lugares na sua categoria.

Captação sofisticada desafia a Caixa

01/08/2011- Valor Econômico

Com uma carteira de crédito que superou R\$ 205 bilhões em junho deste ano, a Caixa Econômica Federal começou a buscar recursos no exterior e está revendo sua estratégia de captação. Para fazer frente à expansão de 17% apenas no primeiro semestre, a instituição fez algumas captações de recursos junto a bancos americanos e europeus, no valor de US\$ 400 milhões, desde o fim do ano passado. Foram empréstimos interbancários com prazo de seis meses e custos que giram em torno de 96% do DI, já incluindo o hedge cambial.

"São operações pequenas que ainda não resolvem nosso problema de alongamento das captações, mas ajudam a colocar as taxas para baixo", disse Márcio Percival, vice-presidente de Finanças da Caixa. Essas contratações, porém, deixaram de ser interessantes depois da elevação do IOF para empréstimos com prazos inferiores a dois anos, promovida pelo governo em abril. Com o tributo, os custos dos recursos externos subiram para algo entre 110% e 112% do DI.

A estratégia da Caixa, no entanto, é mais ampla. Percival explicou que a nova direção, que assumiu em março, pretende fazer uma mudança radical na área internacional, ampliando os acordos com bancos estrangeiros no exterior para reforçar o "funding" externo da Caixa. Até mesmo o financiamento de empresas brasileiras no exterior está no radar do banco estatal. A ideia é começar essa experiência com instituições latino-americanas.

A Caixa retomou, também, as prospecções para preparar uma emissão de títulos de longo prazo no exterior ("bond"). A primeira operação deve sair no fim deste ano, disse Percival, mas esse é um processo mais longo e bem mais complicado, que dependerá das condições do mercado internacional.

Há um ano a Caixa tomou uma decisão estratégica da qual a ofensiva externa em busca de diversificação de 'funding' é apenas uma parte. O dilema que se colocava então era continuar crescendo para poder concorrer com os grandes bancos, ou minguar e se tornar apenas um originador de crédito imobiliário. A opção foi crescer.

"Nossa perspectiva é de ampliar as captações para fazer frente à expansão da carteira, mas buscamos custos relativamente menores do que o mercado para sustentar nossas linhas de crédito", disse Percival. "Queremos aumentar nosso market share e buscar dinheiro lá fora é uma alternativa", completou.

O banco também reforçou o trabalho no mercado interno. O estoque de CDB chegou a R\$ 40 bilhões e a captação de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) gira em torno de US\$ 1 bilhão por mês. As letras financeiras chegaram a R\$ 3 bilhões em emissões privadas e a Caixa estuda ainda a primeira oferta pública de letra financeira, que deve sair nos próximos meses. As taxas estão um pouco acima do CDI e os compradores são investidores institucionais.

Outro foco é a securitização. Um primeiro teste foi feito com a colocação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) para clientes pessoas físicas na rede de agências, no total de R\$ 230 milhões, com remuneração 10% mais a variação da TR.

Até fim do ano, a Caixa pretende lançar mais R\$ 500 milhões em recebíveis. "Essas emissões dependem de avaliação de cenário e taxa de juros. É preciso uma taxa baixa, ou declinante. Vamos avaliar se uma taxa na casa dos 12,5% deixa o produto competitivo ou não." A Caixa aguarda ainda o resultado das operações de venda de CRI para o FGTS, que podem chegar a R\$ 2 bilhões

Segundo Percival, a instituição aposta no mercado de securitização de créditos imobiliários, mas é preciso ter taxas competitivas. Além disso, os outros agentes também precisam operar. "Na primeira emissão que fizemos, atuamos como comprador no mercado secundário e também como formador de preço. O papel da Caixa vai ser importante, porque somos um grande originador, mas vamos precisar que outras instituições também entrem nesse mercado."

Até 2012, a Caixa tem fôlego para atuar de forma agressiva na expansão do crédito. Para este e para o próximo ano esse problema está "equacionado", disse Percival. Mas a partir de 2013, para o banco manter taxas elevadas de crescimento da carteira de crédito, será necessário uma maior "sofisticação" do trabalho de captação.

O desafio será ainda maior com as novas regras de Basileia 3, em estudo pelo Banco Central (BC). Como lembrou o presidente da Caixa, Jorge Hereda, em recente entrevista ao Valor, se as regras vierem como estão sendo comentadas, a instituição precisará de um aporte de capital ainda maior do que os bancos privados, devido ao

volume de ativos de capital nível 2. Basileia 3 praticamente acaba com o uso de capital de nível 2 (dívida subordinada, ações preferenciais, entre outros) na composição do patrimônio de referência que delimita a alavancagem dos bancos. E os bancos públicos são os que mais usam desse capital.

A necessidade de capital não livraria a Caixa de novos aportes do Tesouro Nacional a partir de 2013, ou de uma busca de alternativas no mercado de capitais.

Lei de crimes financeiros terá projeto de alteração

01/08/2011- Valor Econômico

Até o fim do ano, um grupo formado por advogados criminalistas, juízes, procuradores e policiais federais deve concluir um anteprojeto para alterar a Lei de Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Liderado pelo criminalista e ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, o grupo formará um comitê para debater a legislação e propor alterações, que serão reunidas na proposta de alteração da lei.

A iniciativa surgiu durante o evento "O Estado Brasileiro e o Crime Organizado", promovido pelo Instituto Innovare em 10 de junho no Rio de Janeiro. Realizado a portas fechadas, o seminário reuniu os diferentes atores nos processos penais por crimes econômicos para debater formas de melhorar o combate ao crime organizado no Brasil. Os participantes discutiram casos concretos e alterações legislativas. De acordo com o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, que presidiu a reunião como presidente do conselho do Innovare, um dos poucos consensos obtidos entre participantes com funções tão diversas foi o de que a Lei nº 7.492 - a Lei de Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional - está "absolutamente inadequada para combater o crime financeiro".

A Lei nº 7.492, que também ficou conhecida como "Lei do Colarinho Branco", começou a tramitar no Congresso Nacional em 1983, quando o então procurador-geral da República José Paulo Sepúlveda Pertence elaborou o Projeto de Lei nº 273. Na época, o país vivia um contexto econômico oposto ao atual, com um intenso movimento de fuga de capitais após vários anos consecutivos de atração de investimentos durante a década de 70. Ao mesmo tempo em que o Brasil havia reduzido sua dependência externa com o desenvolvimento industrial trazido pela internalização do setor de bens de capital e insumos, aumentou a vulnerabilidade da economia a eventos financeiros internacionais.

No início dos anos 80 foram feitos várias ajustes em políticas macroeconômicas para proteger o país de choques externos e conter o fluxo negativo de capitais. Foi nesse contexto, de necessidade de proteger o sistema financeiro de fraudes que poderiam comprometê-lo por inteiro e de evitar a evasão ilegal de divisas, que foi aprovada a legislação, em 1986. "A lei foi feita em outra época e já saiu inadequada", diz Thomaz Bastos, para quem ela é "um verdadeiro desastre e piora na medida em que a economia se abre".

Participantes do encontro ouvidos pelo **Valor** afirmam que a necessidade de atualizar a Lei de Crimes contra o Sistema Financeiro foi praticamente consensual. "O cenário dos anos 80 levou a essa lei, mas, mudada a realidade do país nos últimos 25 anos, é preciso atualizá-la", diz Roberto Troncon Filho, superintendente regional da Polícia Federal em São Paulo. Mas, segundo ele, não houve consenso em relação aos artigos da legislação que necessitam de alterações.

Entre os pontos que chegaram a ser debatidos pelo grupo estão dois dos tipos penais da Lei nº 7.492: o crime de gestão temerária e o de gestão fraudulenta. O texto da lei estabelece que "gerir fraudulentamente instituição financeira" é crime sujeito à pena de reclusão de 3 a 12 anos e multa, e que "se a gestão é temerária", a pena é de reclusão de 2 a 8 anos e multa.

Duas das mais rumorosas condenações por gestão fraudulenta e gestão temerária envolvem, respectivamente, o ex-dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola, hoje preso no Rio de Janeiro; e o ex-presidente do FonteCindam, Luiz Antônio Gonçalves, que ainda aguarda o julgamento de recursos nos tribunais superiores. Já Edemar Cid Ferreira, ex-controlador do falido Banco Santos, foi condenado em primeira instância a cinco crimes, entre eles o de gestão fraudulenta de instituição financeira. Ele aguarda o julgamento da apelação no Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região.

Embora a lei seja bastante utilizada, mesmo gerando poucas condenações, ela não traz definições sobre o que seria uma gestão temerária ou uma gestão fraudulenta. Na linguagem jurídica, é o que se chama de "tipos penais abertos". "Chegamos à conclusão que a lei tem dispositivos muito vagos e decidimos criar uma comissão para estudar o tema", afirma o advogado criminalista Paulo Freitas Ribeiro, que participou dos debates. "Às vezes se pune demais e às vezes de menos", diz Thomaz Bastos.

Para Roberto Troncon Filho, a gestão temerária é, de fato, um tipo penal que precisaria ser revisto. "Se um banco toma seu dinheiro e aplica em operações muito arriscadas, há dois efeitos: se ele dobrar seu capital, não é crime; se perdê-lo, é crime", diz. Segundo ele, a gestão temerária foi prevista para conter o exagero do sistema financeiro em operações arriscadas. "Mas é realmente um tipo penal muito aberto, que precisa ser revisto", afirma. Troncon, no entanto, não concorda com alterações no crime de gestão fraudulenta, pois a simples existência de fraude - como maquiagem de balanços - já é suficiente para caracterizá-lo.

O juiz Sérgio Moro, titular da 2ª Vara Criminal da Justiça Federal do Paraná que esteve à frente dos processos gerados pelas investigações sobre crimes financeiros no Banestado, concorda com alterações pontuais tanto na questão da gestão fraudulenta como na da gestão temerária. Mas teme pelo excesso. "Quando se fala em revisão da lei é preciso tomar cuidado para evitar a descriminalização de algumas condutas."

Uma dessas condutas, que deve ser alvo de debates acirrados na comissão que vai elaborar o anteprojeto de reforma da Lei de Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, é a evasão de divisas, ou seja, o envio de recursos para fora do país por meio de operações de câmbio ilegal. Alguns criminalistas defendem que a evasão deixe de ser crime e passe a ser apenas um ilícito civil. No entanto, a proposta enfrenta resistências. "Não entendo em que a descriminalização da evasão poderia gerar ganhos para o Estado", diz. "Hoje as pessoas só não enviam recursos ao exterior legalmente quando o dinheiro tem origem ilícita."

Indústria discute agenda para promover a inovação

01/08/2011- Agência CNI

Brasília – A presidente Dilma Rousseff participará do 4º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, que será realizado na próxima quarta-feira, 3 de agosto, no Sheraton WTC, em São Paulo. No evento, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Dilma receberá o documento Compromisso pela Inovação, em que os

industriais reafirmam a necessidade das empresas e do país ampliarem os investimentos em tecnologia e desenvolvimento de produtos, processos e serviços.

O Congresso será aberto às 9h pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, e os ministros Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e Aloizio Mercadante, da Ciência e Tecnologia. Ao longo do dia, dirigentes de grandes empresas discutirão a importância da inovação para o futuro do Brasil e as oportunidades do país nesta área.

Entre os debatedores estão os presidentes da Fiat, Cledorvino Belini, da Embraer, Frederico Curado, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho. Também participarão dos painéis os presidentes da Siemens, Adilson Primo, da Braskem, Carlos Fadigas, da Klabin, Horácio Lafer Piva, da Marcopolo, José Rubens de La Rosa, da Natura, Pedro Passos, e da IBM, Ricardo Pelegrini.

À tarde, especialistas internacionais mostrarão como a inovação promove o desenvolvimento. Entre eles estão o norte-americano Anthony Townsend, diretor do Instituto para o Futuro, órgão de pesquisa independente com sede no Vale do Silício, e o cientista chinês Bai Chunli, especialista em nanotecnologia, que preside a Academia Chinesa de Ciências.

Também participa do debate o engenheiro Wonjong Joo, presidente do Conselho do Innovation Hub Center, uma instituição da Coreia do Sul que representa 60 centros responsáveis pelo desenvolvimento de programas, currículos e métodos inovadores para instituições de ensino.

O time de especialistas estrangeiros reúne ainda Andrew Wyckoff, diretor de Inovação e Tecnologia da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o alemão Heinrich Stuckenschneider, vice-presidente de tecnologia corporativa da Siemens, e o inglês Richard Miller, diretor para sustentabilidade da Agência de Inovação do Reino Unido.

BMW apresenta a gama de elétricos e híbridos

01/08/2011- Newsletter Automotive Business

A BMW apresentou nesta sexta-feira, 29, em Frankfurt, Alemanha, o protótipo dos primeiros modelos da gama i de carros elétricos e híbridos. O primeiro modelo, o i3, é um compacto urbano que chegará ao mercado em 2013. Já o i8 é um esportivo de alto desempenho, com previsão de lançamento para 2014.

“Como chefe do conselho e engenheiro estou muito orgulhoso deste projeto”, destacou Norbert Reithofer (foto), líder do conselho de administração da BMW AG, durante a apresentação. O elétrico i3, adequado para o uso diário em grandes cidades, promete autonomia de 150 quilômetros e aceleração de 0 a 100 quilômetros por hora em oito segundos.

O híbrido i8, segundo modelo da gama a chegar ao mercado, funciona com um motor elétrico, semelhante ao do i3, que faz a propulsão do veículo até 35 km/h, o suficiente

para a maioria dos percursos urbanos. Em velocidades superiores, a propulsão fica por conta de um motor 1.5 a gasolina. O conjunto total tem 390 cv e promete impulsionar o veículo de 0 a 100 quilômetros por hora em cinco segundos.

Para alcançar redução de peso, os automóveis têm carroceria em fibra de carbono. A BMW afirma ainda que manterá o visual futurista nos carros que entrarão em produção na fábrica de Leipzig, Alemanha. A companhia investirá € 400 milhões na planta para iniciar a montagem dos veículos, que deve gerar 800 novos empregos.

Governo economiza como nunca e enfatiza efeitos contra inflação

01/08/2011- Carta Maior

Para secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, superávit tem motivo para ser festejado pois evita superaquecimento da economia, controla inflação e impede aumentos maiores de juros pelo Banco Central.

BRASÍLIA – O governo federal economizou, de janeiro a junho, R\$ 55 bilhões em dinheiro que coletara da sociedade em tributos, para destinar ao pagamento de juros da dívida pública, de acordo com informações divulgadas nesta segunda-feira (25/07) pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A quantia equivale a 67% dos R\$ 81 bilhões que o governo planeja represar no ano todo com a mesma finalidade. Só em junho, foram economizados R\$ 10 bilhões, um recorde no mês. Em 12 meses, foram R\$ 109 bilhões, outro recorde. Já os gastos federais com obras e investimentos em geral somaram, no semestre, R\$ 15 bilhões, 22% do total de R\$ 67 bilhões previstos para 2011.

Este resultado do manejo dos recursos pode incomodar quem gostaria de ver o governo investindo mais na superação de deficiências brasileiras, como os gargalos de infra-estrutura ou a erradicação da miséria.

Mas é um desempenho que tem motivo para ser comemorado, na avaliação do Tesouro, gestor dos recursos. “Contribui para que as pressões inflacionárias sejam menores sem que a gente tenha a mesma necessidade de política monetária que teríamos”, disse o secretário Arno Augustin.

Tradução: a Fazenda acredita que, ao guardar o dinheiro arrecadado sem devolvê-lo à sociedade na forma de investimentos ou outros gastos, ajuda a conter a atividade econômica e, com isso, a alta de juros (“necessidade de política monetária”) por parte do Banco Central (BC). Sem tamanho ajuste fiscal, o BC teria subido o juro numa proporção maior do que fez nas cinco vezes seguidas em que tomou tal decisão em 2011.

O BC concorda com a análise, que faz parte de uma estratégia traçada desde o fim do ano passado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, e que foi chancelada pela presidenta Dilma Rousseff no início de 2011.

Ao usar o represamento de recursos no combate da inflação, o governo tira proveito do crescimento – é a atividade que gera arrecadação – sem desanimar trabalhadores e empresários com juros muito mais altos.

Desta forma, quando as pressões inflacionárias sumirem, a economia não terá sido sacrificada, trabalhadores e empresários não terão perdido a confiança sobre o futuro do país, e a taxa de juros será menor, facilitando sua redução a patamares mais compatíveis com as observadas no resto do mundo.

O governo tem se esforçado para propagandear as benesses anti-inflacionárias de um “superávit primário” robusto, por causa da batalha contra o “mercado”, que sustenta expectativas de inflação em alta, a despeito da ação da Fazenda e do BC.

A entrevista de Arno Augustin, com ênfase no aspecto anti-inflacionário do superávit primário e a declaração de que o corte de R\$ 50 bilhões do orçamento no início do ano não será atenuado, é um exemplo disso.

Outro foi dado pelo Banco Central recentemente, em seu relatório trimestral de inflação. Pela primeira vez, o banco dedicou espaço especial a cálculos sobre o impacto do superávit primário no ritmo econômico, os quais apontam uma relação direta e inversamente proporcional entre ajuste fiscal e o crescimento.

Fonte: Carta Maior

Autor: André Barrocal

Centrais sindicais não aceitam convite de Dilma para anúncio de política industrial

01/08/2011- Centrais sindicais

As centrais sindicais foram surpreendidas hoje por um convite do Ministro Fernando Pimentel, do MDIC, para reunião terça feira, em Brasília, às 8h30 da manhã, para tomarem conhecimento da nova política industrial que será anunciada duas horas e meia depois, às 11 horas, pela Presidenta Dilma.

As centrais há meses estão discutindo essa questão com as entidades empresariais e alertando o Governo para a necessidade de medidas duras para conter o avanço dos produtos industriais importados, o câmbio desfavorável para as exportações e a produção interna, assim como a questão do chamado “Custo Brasil”, baseado principalmente em energia cara, elevadíssima carga tributária e ausência de incentivos para estimular o emprego e a produção interna.

Produtos fabricados na Ásia, principalmente na China, com estímulos fiscais e uso de mão de obra barata, invadem nosso país, sem qualquer política de enfrentamento comercial. Nos setores do aço, dos calçados, têxteis, confecções, eletrônicos, brinquedos, entre outros, os empresários brasileiros não conseguem competir, pela

falta de incentivos locais para se contrapor aos incentivos concedidos à produção principalmente pelo mercado asiático.

Só no mês passado 58.000 empregos foram perdidos na indústria brasileira, segundo o Dieese. Empresários brasileiros da área de calçados, têxteis e até da fabricação de ônibus estão transferindo suas fábricas para a Ásia, gerando empregos lá, e não aqui.

Diante deste quadro, não nos parece adequado que as centrais sindicais e os empresários sejam chamadas agora, de surpresa, apenas para tomar conhecimento e aplaudir medidas que desconhecem.

As centrais sindicais deixam claro, que sempre estarão prontas para conversar com o Governo e apelam à Presidenta Dilma para que o diálogo necessário se torne uma prática constante com as centrais sindicais, especialmente quando se tratar de decisões que afetem o emprego e a sobrevivência da indústria nacional. Por isso anunciamos que não estaremos nessa reunião convocada.

São Paulo, 29 de julho de 2011

Antonio Neto (presidente da CGTB)

José Calixto (presidente da NCST)

Paulo Pereira da Silva, Paulinho (presidente da Força Sindical)]

Ricardo Patah (presidente da UGT)

Wagner Gomes (presidente da CTB)

Fonte: Centrais Sindicais

Autor: Assessoria de Comunicação

Inadimplência das empresas recuou 4,2% em junho, revela indicador

01/08/2011- Serasa Experian

O volume de dívidas em atraso das empresas recuou em junho/11 na comparação com o mês anterior. De acordo com o Indicador Serasa Experian de Inadimplência das Empresas, houve queda de 4,2% nos registros de dívidas não honradas em junho/11 em relação a maio/11. Apesar da queda verificada no mês passado, o primeiro semestre de 2011 encerrou com uma alta de 13,1% na inadimplência das empresas no confronto com o mesmo período do ano passado.

Segundo os economistas da Serasa Experian, a menor quantidade de dias úteis e o recebimento das vendas do Dias das Mães, o qual provocou alívio momentâneo no caixa das empresas, contribuíram para a queda da inadimplência na passagem de maio/11 para junho/11. Todavia, os maiores custos financeiros face às taxas de juros mais elevadas e o atual cenário de desaquecimento econômico fizeram com que, na comparação anual, a inadimplência das empresas neste primeiro semestre se mostrasse superior à verificada nos primeiros seis meses de 2010.

Em relação à variação semestral em 2011, é relevante observar que a base de comparação (1º semestre de 2010), é uma base fraca (variação negativa de 7,4% em

relação ao primeiro semestre de 2009). Portanto a alta de 13,1% acumulada no período em 2011 não pode ser considerada como um sinalizador de deterioração mais acentuada da saúde financeira das empresas, analisam os economistas da Serasa Experian.

Decomposição do indicador

Na decomposição do indicador, o único componente da inadimplência das empresas que cresceu em junho foram as dívidas junto às instituições não bancárias, com alta de 4,3%. Por outro lado, houve quedas de 0,7% nas dívidas junto aos bancos, de 15,8% dos títulos protestados e de 4,8% nos cheques devolvidos pela segunda vez por insuficiência de fundos.

Valor médio das dívidas

De janeiro a junho de 2011, as dívidas com bancos tiveram um valor médio de R\$ 5.018,33, o que representou 5,8% de aumento ante o mesmo período de 2010.

Os cheques sem fundos apresentaram, de janeiro a junho deste ano, um valor médio de R\$ 2.064,77, com 2,7% de crescimento, na relação com os seis primeiros meses de 2010.

Os títulos protestados, por sua vez, tiveram, nos seis primeiros meses do ano, um valor médio de R\$ 1.742,60, resultando em 7,6% de elevação, na comparação com o acumulado de janeiro a junho de 2010.

Por fim, as dívidas junto às instituições não bancárias, por sua vez, tiveram, nos seis primeiros meses do ano, um valor médio de R\$ 743,04, resultando em 0,7% de elevação, na comparação com o acumulado de janeiro a junho de 2010.

Metodologia

O Indicador Serasa Experian de Inadimplência das Empresas, por analisar eventos ocorridos em todo o Brasil, reflete o comportamento da inadimplência em âmbito nacional. O indicador considera as variações registradas no número de cheques sem fundos, títulos protestados e dívidas vencidas com instituições bancárias e não bancárias.

Fonte: Serasa Experian

Autor: Assessoria de Comunicação

Encargos sociais e desoneração da folha de Pagamentos - revisitando uma antiga polêmica

01/08/2011- Dieese

Introdução

De tempos em tempos, volta à tona o debate sobre a questão dos encargos sociais no Brasil. O tema polariza opiniões e constitui-se em importante divisor de águas quando são discutidas alternativas de políticas de emprego e renda. Mais recentemente, o debate tem sido colocado em torno da proposta de desoneração da folha de pagamentos, como forma de redução de custos das empresas e aumento de sua competitividade internacional, num cenário de forte valorização do real frente ao dólar.

De um lado, alinham-se os que consideram muito elevados - 102% - os encargos sociais que as empresas brasileiras pagam sobre os salários. "O Brasil tem uma elevada incidência de encargos trabalhistas sobre a folha de pagamento, ou seja, um empregado custa para o empregador duas vezes o valor de seu salário" (CNI, 1993). Essa situação inibiria o aumento do emprego formal e colocaria o Brasil em situação desfavorável na comparação internacional. De outro, estão os que consideram que os encargos representam pouco mais de 1/4 da remuneração total recebida pelo trabalhador, argumentando que uma grande parcela do que se costuma chamar de encargo social é, na verdade, parte integrante da própria remuneração.

Há, também, grande controvérsia quanto ao impacto que uma eventual redução dos encargos sociais teria sobre o mercado de trabalho, em termos de nível e qualidade do emprego.

Para alguns, a magnitude e a rigidez dos encargos sociais existentes no Brasil seriam, em grande medida, responsáveis pela dificuldade de ampliação do número de empregos e pelo elevado grau de informalização dos vínculos de trabalho. O peso excessivo dos encargos sociais e a impossibilidade de sua flexibilização, em casos de redução de atividade econômica, levariam as empresas a uma atitude conservadora na criação de novos postos de trabalho ou à alternativa de utilização de mão de obra informalmente contratada.

Para outros, fatores inibidores do crescimento do emprego muito mais importantes que o peso dos encargos sociais estariam situados em outra esfera, relacionada às condições macroeconômicas que dificultam o investimento e a demanda interna: altas taxas de juros, arrocho monetário, arrocho fiscal, ausência de políticas setoriais consistentes e ambiente de incerteza econômica. Prova disso é que, após duas décadas de crescimento econômico pífio e aumento explosivo das taxas de desemprego no Brasil, a retomada de um crescimento mais sustentado, com redução das taxas de juros e ampliação do crédito como a verificada nos últimos anos, fez crescer fortemente o emprego formal e reduzir drasticamente as taxas de desemprego. A média anual da taxa metropolitana de desemprego total em seis regiões metropolitanas pesquisadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) reduziu-se de 20,8%, em 2003, para 12,3%, em 2010. No mesmo período, quase 9 em cada 10 empregos criados foram formais, ou seja, com carteira assinada.

O que é salário e o que são encargos sociais

Nessa polêmica acerca dos encargos sociais, existem duas interpretações principais.

Uma delas é de grande aceitação entre os empresários e alguns círculos acadêmicos que exercem influência destacada sobre o pensamento empresarial. A partir de um conceito restrito de salário, chega-se à conclusão de que os encargos sociais no Brasil são elevados e atingiriam mais de 100% da folha de pagamentos. Segundo essa visão, defendida enfaticamente pelo professor José Pastore, destacado assessor empresarial, "o Brasil é um país de encargos altos e salários baixos, o que faz o trabalhador receber pouco e custar muito para a empresa". De acordo com essa interpretação, um trabalhador contratado por R\$ 1.000,00 custaria R\$ 2.020,00 para a empresa, por conta dos encargos sociais.

A segunda interpretação, adotada pelo DIEESE e por pesquisadores da Universidade de Campinas (Unicamp), conclui que o peso dos encargos sociais é de 25,1 % sobre a remuneração total do trabalhador. Por esse raciocínio, salário é a remuneração total recebida integral e diretamente pelo trabalhador como contraprestação pelo seu serviço ao empregador.

Essa remuneração subdivide-se em três partes, a saber:

- salário contratual recebido mensalmente, inclusive nas férias;
- salário diferido (ou adiado), recebido uma vez a cada ano (13º salário e 1/3 de férias);
- salário recebido eventualmente (FGTS e outras verbas rescisórias).

Todas essas partes constituem aquilo que o trabalhador "põe no bolso", seja em dinheiro vivo, ou na forma de uma espécie de conta-poupança aberta em seu nome pelo empregador (o FGTS, que constitui um patrimônio individual do trabalhador).

Como se chega ao percentual de 102% sobre os salários

Para se chegar a um percentual de 102% de encargos sociais, parte-se de um conceito bastante restrito de salário. Tal conceito considera como salário apenas a remuneração pelo que chama de tempo efetivamente trabalhado. Para o cálculo desse tempo, são excluídas: parte da remuneração relativa ao repouso semanal remunerado; férias remuneradas; adicional de 1/3 sobre o valor das férias; feriados; 13º salário; aviso prévio em caso de demissão sem justa causa por iniciativa do empregador; despesas de rescisão contratual (equivalentes à multa sobre o saldo do FGTS) e a parcela do auxílio-enfermidade custeada pelo empregador, os três últimos calculados com base em uma média de incidência sobre o total de empregados.

Todos esses itens excluídos da remuneração básica do trabalhador são considerados como encargos sociais, juntamente com as obrigações recolhidas ao INSS, para custeio da Previdência Social, salário-educação, seguro de acidentes do trabalho, assistência social e formação profissional (o chamado Sistema S), reforma agrária (Incrá) e incentivo às micro e pequenas empresas (Sebrae).

Como se chega ao percentual de 25,1% sobre os salários

A remuneração média mensal total recebida integral e diretamente pelo trabalhador compõe-se de duas partes.

A primeira delas refere-se ao salário médio mensal recebido de fato a cada ano pelo trabalhador, enquanto o mesmo se encontra empregado. Esta parte é obtida pela adição, ao valor do salário contratual registrado na carteira, do percentual relativo à proporção mensal do 13º salário (8,33%) e do percentual relativo à proporção mensal do adicional de 1/3 de férias (2,78%), ambos recebidos anualmente. Essa primeira parte, portanto, equivale a 11,11% do salário contratual mensal e constitui-se a base de cálculo dos encargos sociais recolhidos ao governo.

A segunda parte da remuneração média mensal total recebida pelo trabalhador é composta pelo percentual de recolhimento do FGTS (8% sobre o salário contratual mensal, sobre o 13º salário e sobre o adicional de 1/3 de férias) e pelo percentual relativo à proporção mensal do impacto das verbas indenizatórias, nos casos de rescisão contratual sem justa causa por iniciativa do empregador, sobre o valor do salário contratual.

A diferença entre o montante que a empresa desembolsa e a remuneração total recebida integral e diretamente pelo trabalhador é que representa os encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos, que são recolhidos ao governo, sendo alguns deles repassados para entidades patronais de assistência e formação profissional (Sesi, Senai, Sesc, Senac etc).

Com base neste conjunto de dados, conclui-se que uma empresa que admite um trabalhador por um salário contratual hipotético de R\$ 1.000,00 gastará um total de R\$ 1.538,00, considerando a remuneração média mensal total recebida integral e diretamente pelo trabalhador (R\$ 1.229,11), bem como os encargos sociais sobre a folha de pagamentos média mensal (R\$ 308,90).

De um custo total do trabalho de R\$ 1.538,00, R\$ 1.229,11 correspondem à remuneração total do trabalhador, enquanto R\$ 308,89 referem-se aos encargos sociais. Dito em outras palavras, o custo total do trabalho, incluídos os encargos sociais, supera em 25,1% o valor da remuneração total média mensal do trabalhador, percentual muito aquém dos 102% do cálculo de Pastore.

A idéia de desonerar a folha de pagamentos: algumas considerações

Recentemente, voltou ao debate a proposta de se adotar medidas para desonerar a folha de pagamentos dos encargos sociais que incidem sobre ela, como forma de redução do custo de contratação de mão de obra e estímulo à competitividade das empresas diante da chamada "guerra cambial".

Mas é necessário que fique claro o que se pretende com a proposta a ser apresentada.

Aquilo que se pretende é a redução dos encargos sociais propriamente ditos, ou é a eliminação pura e simples de itens que compõem a remuneração dos trabalhadores, disfarçada sob o rótulo de redução dos encargos sociais incidentes sobre os salários.

O que deve ser objeto de discussão, portanto, quando se propõem alternativas para baratear o custo de contratação por parte das empresas, são os 25,1% que elas pagam ao governo, além daquilo que o trabalhador recebe na forma de salário mensal ou como salário diferido (adiado) e eventual.

Partindo desse pressuposto, cabe perguntar se entre os benefícios ou atividades atualmente financiados por esses encargos, há algum que pode ser suprimido ou reduzido, ou todos têm razão de ser? Se todos os benefícios devem continuar, é preciso saber qual será a fonte alternativa de financiamento, caso se resolva desonerar a folha de pagamentos.

Uma das propostas em debate, ainda não oficial, de desoneração da folha de pagamento tem sugerido a redução da alíquota do INSS de 20% para 14% do total da folha. O objetivo seria elevar a competitividade dos setores intensivos em mão de obra, atraindo investimentos, gerando empregos e induzindo a formalização da contratação.

Nada impede, por exemplo, que esses benefícios e atividades hoje financiados por contribuições sobre a folha de pagamentos passem a ser financiados por recursos captados sobre o faturamento das empresas, ou sobre o valor adicionado, ou por recursos previstos no orçamento público, oriundos de impostos, como está sendo cogitado. Mas a proposta de uma alternativa como essa deve ser objeto de avaliação no âmbito de uma discussão maior sobre a reforma fiscal e tributária no país.

Para avaliar a efetividade da desoneração da folha de pagamentos é necessário saber se haverá mesmo o aumento da competitividade, aumento do emprego e incentivo à formalização, bem como conhecer os possíveis impactos da desoneração nos diversos setores e nas receitas previdenciárias.

Mas é preciso chamar a atenção para alguns aspectos:

- Não é razoável que se reduzam as alíquotas da Previdência Social e de programas educacionais, sem que se definam fontes alternativas para o seu financiamento. É imprescindível preservar a receita da Previdência.
- Para além da geração de empregos e da formalização, está também a questão da geração de trabalho decente nos setores e em toda a cadeia produtiva que se beneficia com a desoneração.
- Sendo a competitividade a principal premissa para desonerar a folha de pagamentos, é importante que os benefícios desta proposta não sejam apropriados somente pelos empresários, mas por toda sociedade e devem ser debatidas contrapartidas sociais.

Planos de Saúde - ANS: multa em planos de saúde se dificultar acesso de idoso e deficiente

01/08/2011- Notas COAD

A operadora que rejeitar ou dificultar o ingresso de idosos, pessoas com deficiência ou com problemas de saúde em seus planos de saúde serão multadas. É o que determina uma súmula normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A multa para operadora que impor restrição é de R\$ 50 mil. "A comercialização de

planos privados de assistência à saúde por parte das operadoras, tanto na venda direta, como na mediada por terceiros, não pode desestimular, impedir ou dificultar o acesso ou ingresso de beneficiários em razão da idade, condição de saúde ou por portar deficiência, inclusive com a adoção de práticas ou políticas de comercialização restritivas direcionadas a estes consumidores”, diz a ANS.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) alerta que as empresas não podem exigir do consumidor com mais de 59 anos de idade uma avaliação médica antes de contratar o plano de saúde. É proibido também obrigá-lo a aceitar um plano familiar se a soma das idades de um casal ultrapassar 96 anos.

Para denunciar qualquer irregularidade, o cliente pode ligar para o telefone da ANS (0800 7019656) ou entrar no site da agência (www.ans.gov.br). O consumidor pode fazer a reclamação também no Procon ou, em casos mais graves, ingressar com uma ação Justiça contra a operadora.

Agência Brasil

Direito do Trabalho - Representação comercial: contrato verbal tem validade jurídica

01/08/2011- Notas COAD

É válido o contrato de representação comercial e eventual cláusula de exclusividade constante deste, mesmo que tenha sido celebrado apenas verbalmente. Com este entendimento, a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a recurso de um ex-representante comercial dos Irmãos Dalpiaz Ltda. que teve o seu contrato de representação rescindido por quebra do que fora pactuado entre as partes.

O representante ingressou na Justiça do Trabalho alegando que o contrato de representação comercial teria sido rescindido sob a alegação por parte dos Irmãos Dalpiaz de que ele estaria quebrando a cláusula de exclusividade na revenda dos produtos. A empresa alegou que teria acordado verbalmente com o representante quais produtos ele representaria, e que a quebra teria ocorrido quando ele passou a comercializar fumo e palha de um de seus concorrentes.

Pela rescisão contratual, o representante entendia que lhe era devida a indenização do artigo 27, alínea “j” da Lei 4.886/65 (atual 8.420/92) que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. O dispositivo prevê indenização ao representante pela rescisão do contrato “cujo montante não será inferior a 1/20 do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação”.

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) reconheceu que houve justo motivo para a rescisão contratual por parte dos Irmãos Dalpiaz. Chamou a atenção para o fato de que a quebra do contrato teria sido admitida pelo próprio representante em depoimento. Para o Regional, ficou comprovado que o representante descumpriu a obrigação contratual acordada, e não tinha direito a qualquer pagamento de indenização e nem ao aviso-prévio pedidos.

Em seu recurso ao TST, o representante sustentou que o contrato de representação e a cláusula de exclusividade deveriam ter sido necessariamente pactuados por escrito para ter validade. Ao analisar o recurso, o relator, ministro Alberto Luiz Bresciani,

observou que o legislador adotou a forma escrita para pactuar os contratos de representação comercial, porém não estabeleceu vedação à celebração feita verbalmente. Este entendimento prevalece na doutrina e na jurisprudência, que recomendam a pactuação de maneira expressa sem exigir a sua formalização por escrito, podendo ser utilizado todos os meios admitidos em direito para que se demonstrem as condições contratuais, inclusive das cláusulas de exclusividade.

Para o relator, este entendimento está em consonância com a forma predominante nas práticas comerciais, que é a da celebração verbal dos negócios. Observou ainda que o artigo 711 do Código Civil Brasileiro estabelece a presunção da existência de exclusividade nos contrato de agência e distribuição. Com estes fundamentos, a Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso de revista do representante comercial, mantendo, portanto, o entendimento do Regional da 12ª Região.

Processo: RR-203100-10.2008.5.12.0011

FONTE: TST

Processo Trabalhista - Justiça do Trabalho fixa novos valores para depósito recursal

01/08/2011- Notas COAD

Passam a vigorar a partir de hoje, dia 1-8-2011, os novos valores do depósito recursal, publicados pelo TST -Tribunal Superior do Trabalho.

Os novos valores que foram reajustados pela variação acumulada do INPC, do IBGE, no período de julho/2010 a junho/2011, são:

- R\$ 6.290,00 (seis mil, duzentos e noventa reais), no caso de interposição de Recurso Ordinário;
- R\$ 12.580,00 (doze mil, quinhentos e oitenta reais), no caso de interposição de Recurso de Revista, Embargos e Recurso Extraordinário; e
- R\$ 12.580,00 (doze mil, quinhentos e oitenta reais), no caso de interposição de Recurso em Ação .

Projeto de Lei - Projeto especifica condutas consideradas como dano moral

01/08/2011- Notas COAD

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 523/11, do deputado Walter Tosta (PMN-MG), que define dano moral e estabelece a pena a ser aplicada a quem comete esse delito. Conforme a proposta, dano moral é todo aquele em que haja irreparável mácula à honra subjetiva de pessoa natural ou jurídica. O texto especifica 24 condutas consideradas lesivas à moral, entre elas: inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, assédio moral no trabalho e demonstração pública de discriminação racial, política, religiosa e de gênero.

Segundo Tosta, o dano moral é controverso na legislação vigente. Ele diz que os artigos 186 e 187 do Código Civil (Lei [10.406/02](#)) trazem norma relativa ao assunto, mas "de forma genérica". Por falta de ordenamento jurídico claro, afirma o deputado, "grandes empresas e cidadãos abastados assumem o risco por ser notória a baixa probabilidade de condenação".

Pelo projeto, a indenização será fixada entre 10 e 500 salários mínimos (R\$ 5.540 a 272.500, atualmente) e levará em conta o potencial econômico da vítima e o do autor do dano. Nos casos de ação coletiva ou de efeito vinculante válido para todos, não há valor máximo.

As demais condutas definidas como dano moral no texto são:

- cobrança indevida de valores;
- contratação em relação de consumo, sem a anuência formal expressa do consumidor;
- realização de revista em consumidor;
- venda de passagem para veículo de transporte coletivo cujas vagas estejam esgotadas;
- fornecimento de produto fora das especificações técnicas ou adequadas às condições de consumo;
- fornecimento de produto alimentício contaminado, fora do prazo de validade ou em condição diversa das estipuladas pelas normas sanitárias;
- disposição de cláusula leonina ou abusiva em instrumento de contrato;
- cobrança, por qualquer meio, em local de trabalho;
- exposição vexatória no ambiente de trabalho;
- descumprimento das normas da medicina do trabalho;
- erro médico que cause dano à vida ou à saúde do paciente;
- exposição da vida ou da saúde de outrem a risco;
- exposição de dados pessoais, sem a anuência formal da pessoa exposta;
- veiculação por meio de comunicação em massa de notícia inverídica;
- comprovada exposição pública de caso extraconjugal;
- violação do dever de cuidado;
- abuso no exercício do poder diretivo;
- interrupção injustificada do fornecimento de serviço essencial;
- exposição vexatória ou não consentida da imagem pessoal;
- denegar direito expresso em lei;

- qualquer ato ilícito, ainda que não gere dano específico.

Lei atual

Conforme o Código Civil, comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado apenas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FGTS - Vence dia 5 de agosto o prazo para recolhimento

01/08/2011- Notas COAD

No dia 5/8 (sexta-feira), vence o prazo para recolhimento, sem acréscimo, do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Está obrigado ao recolhimento todo empregador, urbano ou rural. O empregador doméstico, quando tiver optado, também fica obrigado ao recolhimento.

O fato gerador do recolhimento é a remuneração do mês de julho/2011.

O arquivo Sefip deverá ser transmitido com as informações à Previdência Social, mesmo que não haja recolhimento ao FGTS.

Simples Nacional - Ampliação de beneficiários do Simples Nacional será votada pela CAE

01/08/2011- Notas COAD

Proposta que amplia a lista de empresas tributadas pelo Simples Nacional poderá ser analisada na primeira reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de agosto, prevista para a próxima terça-feira (2). O projeto de lei (PLS 90/10- complementar), que estava na pauta da última reunião da CAE de julho, inclui entre os tributados pelo Simples os escritórios de engenharia e arquitetura.

Em relatório apresentado à matéria, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) acrescenta ao rol dos contemplados por esse regime simplificado de tributação os prestadores de serviços nas áreas de desenho industrial e corretagem de imóveis, com a argumentação de que essas atividades precisam ser valorizadas e profissionalizadas, por exigirem conhecimentos técnicos específicos.

Para Cyro Miranda, o grande problema nesse setor é a invasão de pessoas despreparadas e a dificuldade que os órgãos fiscalizadores da profissão enfrentam para sanear o mercado. Segundo explica, em seu relatório, "possibilitar que cada atividade se formalize como pessoa jurídica sob o regime do Simples Nacional terá como primeiro resultado o efeito saneador tão necessário".

Além disso, o relator acatou emenda do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), que inclui também o transporte turístico nesse regime de tributação, lembrando a

importância de profissionalizar o setor com a aproximação de eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O autor do projeto, senador Fernando Collor (PTB-AL), explica que o regime do Simples Nacional (Lei Complementar nº 123/06) já permite a adesão de empresas ligadas à construção de imóveis e a obras de engenharia em geral, bem como à execução de projetos e serviços de paisagismo e de decoração de interiores. Mas não permite, segundo ele, que engenheiros e arquitetos transformem seus escritórios em micro ou pequenas empresas para se beneficiarem desse sistema de tributação simplificado.

Após exame da CAE, a proposta será ainda votada em Plenário.

Agência Senado

Projeto de Lei - Aprendiz poderá ter formação técnica na área esportiva

01/08/2011- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 742/11, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que autoriza os estabelecimentos que empregam aprendizes a matriculá-los em cursos técnico-profissionais em áreas relacionadas a práticas desportivas. Segundo o deputado, a medida vai promover a democratização do acesso ao esporte e contribuir para a formação de profissionais para atuar nas atividades de preparação e suporte a grandes eventos esportivos, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei [5.452/43](#)), que obriga os estabelecimentos de qualquer natureza a empregar e matricular nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento. Segundo a proposta, 10% dos aprendizes dessa cota serão destinados à formação em área esportiva.

Essa formação poderá incluir atividades de construção, ampliação, recuperação e manutenção de instalações esportivas e de organização e promoção de eventos esportivos.

Os cursos de formação serão oferecidos por entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos sistemas de desporto dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Essas entidades deverão cadastrar seus cursos, turmas e aprendizes matriculados no Ministério do Trabalho e poderão firmar parcerias entre si para o desenvolvimento dos programas de aprendizagem. As entidades poderão, ainda, efetivar a contratação do aprendiz.

Contrato de aprendizagem

A proposta também altera outras regras previstas na CLT referentes aos contratos de aprendizagem. De acordo com o texto, o contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos, inclusive se o aprendiz for portador de deficiência. Hoje, a lei prevê exceção para o prazo dos contratos quando o aprendiz for portador de deficiência.

Outra alteração diz respeito à duração do trabalho do aprendiz. Atualmente, a jornada é de até seis horas diárias, podendo ser de até oito horas para os aprendizes que já

tiverem completado o ensino fundamental. Pelo projeto, a jornada poderá ser de até oito horas apenas para os aprendizes que já tiverem completado o ensino médio.

Pessoas com deficiência

O projeto também estabelece que a contratação remunerada de pessoas com deficiência como aprendizes não acarreta a supressão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) limitada a concomitância dessa remuneração e o recebimento do benefício a dois anos. Para isso, o texto acrescenta dispositivos à Lei [8.742/93](#), que trata da organização da assistência social.

"Considerando que o salário do aprendiz, que é proporcional à jornada de trabalho é, muitas vezes, inferior ao benefício de prestação continuada, a suspensão desse benefício acaba por desestimular a pessoa com deficiência a ingressar no mercado de trabalho como aprendiz", afirma o autor.

Tramitação

A proposta, de caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Turismo e Desporto; de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara dos Deputados